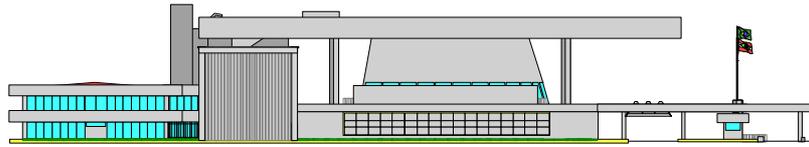


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LII

FLORIANÓPOLIS, 27 DE AGOSTO DE 2003

NÚMERO 5.152

15ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa

MESA

Volnei Morastoni
PRESIDENTE

Onofre Santo Agostini
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves de Souza
2º VICE-PRESIDENTE

Romildo Titon
1º SECRETÁRIO

Altair Guidi
2º SECRETÁRIO

Sergio Godinho
3º SECRETÁRIO

Francisco de Assis
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Joares Ponticelli

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Rogério Mendonça

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL
Líder: Antônio Ceron

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Afrânio Boppré

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Jorginho Mello

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO LIBERAL
Líder: Odete de Jesus

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

João Paulo Kleinübing - Presidente
Herneus de Nadal - Vice Presidente
Júlio Garcia
Celestino Secco
Paulo Eccel
Joares Ponticelli
Afrânio Boppré
Ronaldo Benedet
Jorginho Mello
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Antônio Ceron - Presidente
Dionei Walter da Silva - Vice Presidente
Wilson Vieira
Rogério Mendonça
Manoel Mota
Antônio Carlos Vieira
Jorginho Mello
Reno Caramori
Nelson Goetten de Lima
Quartas-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Mauro Mariani - Presidente
Valmir Comin - Vice Presidente
Pedro Baldissera
Dionei Walter da Silva
Reno Caramori
Narcizo Parisotto
João Rodrigues
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Odete de Jesus - Presidente
Dionei Walter da Silva - Vice Presidente
Ana Paula Lima
Mauro Mariani
Nilson Nelson Machado
Nelson Goetten
João Paulo Kleinübing
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

João Rodrigues - Presidente
Wilson Vieira - Vice Presidente
Dionei Walter da Silva
Ronaldo Benedet
Narcizo Parisotto
Nilson Nelson Machado
Lício Mauro da Silveira
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Clésio Salvaro - Presidente
Luiz Eduardo Cherem - Vice Presidente
Nilson Nelson Machado
Nelson Goetten
Ana Paula Lima
José Paulo Serafim
Genésio Goulart
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Wilson Vieira - Vice Presidente
Antônio Carlos Vieira
José Paulo Serafim
Manoel Mota
Odete de Jesus
Júlio Garcia

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Paulo Eccel - Presidente
Lício Mauro da Silveira - Vice Presidente
Celestino Secco
Afrânio Boppré
Simone Schramm
Djalma Berger
Odete de Jesus

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Luiz Eduardo Cherem - Presidente
Antônio Ceron - Vice Presidente
Ana Paula Lima
José Paulo Serafim
Celestino Secco
Simone Schramm
Valmir Comin

Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Genésio Goulart - Presidente
Celestino Secco - Vice Presidente
Lício Mauro da Silveira
José Paulo Serafim
Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Clésio Salvaro

Terças-feiras, às 10:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Valmir Comin - Presidente
Afrânio Boppré - Vice Presidente
Antônio Carlos Vieira
Paulo Eccel
Herneus de Nadal
Luiz Eduardo Cherem
João Paulo Kleinübing

Quartas-feiras às 8:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO E DO

MERCOSUL
Nelson Goetten - Presidente
Joares Ponticelli - Vice Presidente
Pedro Baldissera
Afrânio Boppré
Rogério Mendonça
Luiz Eduardo Cherem
Cesar Souza
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**DEPARTAMENTO
PARLAMENTAR****Divisão de Anais:**

responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Diretor: Eder de Quadra Salgado

Divisão de Taquigrafia:

responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Diretora: Maria Salette de Bem
Urban

**Divisão de Divulgação e
Serviços Gráficos:**

responsável pela impressão.
Diretor: Vanoir Guarezi Zacaron

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - NÚMERO 1490
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 12 PÁGINAS

ÍNDICE**Atos da Mesa**

Ato da Presidência2
Resolução2
Atos da Mesa do Departamento
Administrativo.....2

Publicações Diversas

Atas das Comissões
Permanentes3
Mensagem Governamental.....
.....11
Portarias11
Projetos de Lei.....11

ATOS DA MESA**ATO DA PRESIDÊNCIA****ATO DA PRESIDÊNCIA N. 037-DP, de 2003**

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições CONSTITUI Fórum Permanente, integrado pelos Senhores Deputados Pedro Baldissera, Rogério Mendonça, Lício Mauro da Silveira, Narcizo Parisotto, João Rodrigues e Nilson Gonçalves, a fim de acompanhar e debater a situação das rádios comunitárias do Estado de Santa Catarina.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 27 de agosto de 2003
Deputado Volnei Morastoni

Presidente
*** X X X ***

RESOLUÇÃO**RESOLUÇÃO N. 007/03**

Faço saber que a Assembléia Legislativa, usando da prerrogativa outorgada pelo art. 65, inciso VI, letra "k", do Regimento Interno, aprovou e eu, Deputado Volnei Morastoni, Presidente, promulgo a seguinte Resolução:

Concede honraria de mérito à senhora Abigail Izaura do Rosário.

Art. 1º Fica concedida honraria de mérito à senhora Abigail Izaura do Rosário, pelo brilhantismo de seus trabalhos sociais, que eleva o nome da cidade de Joinville e do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º A honraria estabelecida no artigo anterior será concedida em forma de placa personalizada em sessão solene.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, de agosto de 2003
Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Romildo Titon - Secretário
Deputado Altair Guidi - Secretário

*** X X X ***

**ATOS DA MESA DO DEPARTAMENTO
ADMINISTRATIVO****ATO DA MESA Nº 1318, de 27/08/2003**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

DISPENSAR VALTER EUCLIDES DAMASCO, matrícula nº 0947, da função de Chefia e Assistência Técnica, código PL/CAT, a partir de 25/08/2003 (Departamento Parlamentar).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Francisco de Assis - Secretário
Deputado Sérgio Godinho - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 1319, de 27/08/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

DISPENSAR CÉLIO TEODORO DIAS, matrícula nº 1453, da função de Assistente de Plenário, código PL/CAI, do Grupo de Chefia e Assistência Intermediária, a partir de 25/08/2003 (Departamento Parlamentar).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Francisco de Assis - Secretário
Deputado Sérgio Godinho - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 1320, de 27/08/2003

Dispõe sobre procedimentos administrativos e dá outras providências.

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1.º A inclusão na folha de pagamento dos vencimentos dos servidores comissionados deste Poder, em consonância com o insito na Lei n.º 6.745, de 28 de dezembro de 1985, somente poderá ser efetivada após:

I - apresentação de toda a documentação exigida para a investidura em cargo público;

II - a expedição e publicidade do ato de nomeação e

III - a assinatura do respectivo Termo de Posse.

§ 1.º Cumpridas as exigências previstas nos incisos I, II e III deste artigo, no período compreendido entre o primeiro e o 15º dia de cada mês, efetuar-se-á o pagamento do servidor, proporcionalmente aos dias trabalhados, na escala de pagamento do mesmo mês da nomeação.

§ 2.º Se ocorrerem as condições indicadas no *caput* deste artigo após o 15º dia, o pagamento dos vencimentos somente será efetivado na folha do mês subsequente.

Art. 2.º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Deputado Volnei Morastoni - Presidente

Deputado Romildo Titon - Secretário

Deputado Sérgio Godinho - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 1321, de 27/08/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1440/2003,

RESOLVE: *de acordo com o artigo 40, III, § 3º da Constituição Federal, c/c a nova redação dada pelos artigos 4º e 8º da EC nº 20, de 15/12/98 e, em conformidade com os artigos 107 e seguintes, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,*

CONCEDER aposentadoria por tempo de contribuição, à servidora **SIRNEY LOURDES KNOP**, matrícula nº 1675, no cargo de Advogado, código PL/ATS-11-J, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, com os proventos de lei.

Deputado Volnei Morastoni - Presidente

Deputado Romildo Titon - Secretário

Deputado Sérgio Godinho - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 1322/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, considerando a permanente necessidade de aprimoramento dos serviços administrativos internos e de afirmação dos valores humanos,

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar o pagamento de gratificação, conforme Parágrafo Único do art. 16 da Resolução 202/2001 aos servidores/instrutores/consultores que ministrarem Cursos e Palestras na Escola do Legislativo.

Art. 2º - O Cálculo para pagamento desta gratificação, será realizado conforme o número de horas-aula ministradas.

Parágrafo Único - Considera-se para este fim os valores a seguir descritos, conforme cálculo do acordo coletivo do sindicato das Escolas Particulares:

R\$ 8,75 (Oito reais e setenta e cinco centavos) hora-aula de cinquenta minutos para instrutores graduados e com especialização.

Art. 3º - O valor correspondente para cada hora-aula, conforme descrito acima, será multiplicado pelo número de horas-aula ministradas e a este resultado, será multiplicado o valor de R\$ 5,25 (Cinco reais e vinte e cinco centavos), correspondente as atividades de planejamento de aulas realizadas por professores, instrutores e consultores, extra-classe.

Art. 4º - As assessorias ou aulas ministradas por profissionais com Mestrado e Doutorado, serão remuneradas conforme tabela elaborada em conjunto pela Divisão de Recursos Humanos e Escola do Legislativo.

Art. 5º - A Escola do Legislativo encaminhará mensalmente à Divisão Financeira e Divisão de Sistema de Processo de Pessoal, relatório dos servidores e horas-aula correspondentes.

Art. 6º - Servidores somente terão direito a esta gratificação quando ministrarem aulas fora de sua jornada diária de trabalho.

Art. 7º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a 04 de agosto de 2003.

Art. 8º - Revoga-se a Resolução 741/2000.

Palácio Barriga-Verde, em 27/08/2003

Deputado Volnei José Morastoni - Presidente

Deputado Sérgio Godinho - Secretário

Deputado Altair Guidi - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA.

Às dezoito horas do dia doze de agosto do ano de dois mil e três, reuniu-se a Comissão acima epigrafada, sob a Presidência do Senhor Deputado Mauro Mariani. Presentes os Senhores Deputados Membros: Valmir Comin, Vice-presidente, Reno Caramori; Pedro Baldissera; Dionei Walter da Silva; Narciso Parizotto e João Rodrigues. Abertos os trabalhos, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação a Ata da reunião anterior. Foi aprovada por unanimidade. Seguindo, fez a leitura do ofício número 311/2003, do Senhor Deputado João Rodrigues, que encaminha anexo o ofício nº 117/2003, de autoria dos Vereadores Valdir Giarretta e Gilmar Antonio Zanluchi, no qual solicitam uma Audiência Pública nos Municípios de Seara e Arvoredo, sobre a questão da demarcação de áreas indígenas; fez a leitura do requerimento número 229/03, do senhor Deputado Pedro Baldissera solicitando uma Audiência Pública no Município de Ibirama para tratar sobre a demarcação das áreas rurais; fez a leitura do ofício número 319/03, do Senhor Santo Herminio De Luca, Presidente da Câmara Municipal de Concórdia, anexo Requerimento número 32/03, do Vereador Edson Luiz Gonçalves, que solicitam uma Audiência Pública no Município de Concórdia, com representantes da FATMA e IBAMA, com objetivo de debater junto com os Agricultores, Sindicatos, Cooperativas, Órgãos Governamentais ligados à agricultura e Política Ambiental, para tratar de Taxas de corte de árvore paga pelos agricultores. Leitura do Requerimento do Senhor Deputado Herneus de Nadal, que requer uma Audiência Pública no Município de Cunha Porã, para tratar da conjuntura da questão Indígena dos Municípios de Cunha Porã e Saudades. Ficou deliberado realizar a Audiência Pública solicitada pelo Senhor Deputado Herneus de Nadal no dia quatro de setembro às quinze horas, no Município de Cunha Porã. Foi aprovada por unanimidade. O

Senhor Presidente colocou em discussão o pedido de Audiência Pública do Presidente da Câmara de Vereadores de Concórdia e manifestou seu desejo em realizar esta Audiência Pública na região dele, no Planalto Norte, sugeriu ampliar o tema. Indicou o Município de Itaiópolis, por ter uma grande concentração de fumicultores. Ficou deliberado realizar a Audiência Pública sobre taxas de corte de árvores no Município de Itaiópolis, no dia nove de outubro às quinze horas, e a Audiência Pública solicitada pelo Senhor Deputado João Rodrigues no dia trinta de outubro às quinze horas no Município de Seara, a Audiência Pública solicitada pelo Senhor Deputado Pedro Baldissera no dia 28 de agosto no Município de Ibirama, a definir horário. Foram todas aprovadas por unanimidade. O Senhor Deputado João Rodrigues solicitou a palavra para relatar a necessidade de realizar uma Audiência Pública sobre a Inspeção Sanitária com os Secretários Municipais de Agricultura e o Secretário de Agricultura do Estado para debater sobre o assunto. Foi aprovado por unanimidade. O Senhor Presidente determinou a Secretaria da Comissão verificar uma data e local na Assembléia Legislativa para realizar a Audiência Pública. Foi concedido a palavra ao Senhor Deputado Pedro Baldissera que entregou os documentos recebidos das autoridades na Audiência Pública sobre os Transgênicos, no dia três de julho no Município de Chapecó para a Comissão dar encaminhamentos. Foi concedido a palavra ao Senhor Deputado Reno Caramori, que fez a devolução do Projeto de Lei nº 118.3/2003, de origem Governamental que altera o artigo 1º da Lei nº 12.170 de 1998, que autoriza a Concessão de Uso de Imóvel no Município de Rodeio. Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil e Mobiliário. Para dar encaminhamentos a Comissão de Trabalho e Serviços Públicos, haja visto que o assunto é da atividade daquela Comissão. O Senhor Presidente com a palavra novamente, designou o Senhor Deputado João Rodrigues para relatar o Projeto de Lei nº 200.7/2003, de Autoria do Senhor Deputado Francisco de Assis, que Declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Agricultores Familiares de Ribeirão Palmito de Victor Meireles. Foi cedido a palavra ao Senhor Deputado Valmir Comin; falou que gostaria de abordar sobre a situação dos produtores de aves, que são duzentos

produtores na região de Mafra, Itaiópolis e arredores, disse que foi feito uma intervenção junto ao Governo e foi concedido aquele pedido feito pela Empresa em regime especial e posteriormente não houve cumprimento por parte da Empresa. Indagou se este assunto ainda persiste. O Senhor Presidente Mauro Mariani informou que não foi prorrogado o regime especial daquela Empresa por algumas questões que o Fisco levantou. O Senhor Presidente junto com uma Comissão de Prefeitos e Produtores, estiveram em Curitiba, na sede da Empresa. Foram falar com a Diretoria para saber qual a real intenção daquela Empresa com os Municípios de Santa Catarina, se havia intenção de continuar integrando com os Municípios de Mafra e Itaiópolis especificamente. O Senhor Presidente relatou que a Empresa manifestou que tinha interesse, e que foi agendado uma Audiência com eles na Secretaria da Fazenda, onde cada lado pode expor as posições e que a Empresa está elaborando uma proposta para apresentar à Secretaria da Fazenda. O Senhor Presidente disse que acredita ter uma solução positiva para aqueles agricultores dos dois Municípios, e que os agricultores não integraram porque não tendo o Regime Especial, na retirada dos frangos eles são notificados pela Secretaria da Fazenda. Nada mais havendo a tratar, o Senhor presidente encerrou a presente reunião e eu Sônia Maria da Silveira Bezerra, Secretária Executiva, lavei a presente Ata, a qual, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros. Florianópolis, em 12 de agosto de 2003.

DEPUTADO MAURO MARIANI - Presidente

DEPUTADO VALMIR COMIN - Vice Presidente

DEPUTADO RENO CARAMORI - Membro

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Membro

DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Membro

DEPUTADO NARCIZO PARIZOTO - Membro

DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Membro

*** X X X ***

ATA DA DÉCIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO TÉCNICA DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REFERENTE A 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia dezoito de agosto do ano de dois mil e três, sob a Presidência do Senhor Deputado João Paulo Kleinübing e presentes os Senhores Deputados Herneus de Nadal, Celestino Secco, Ronaldo Benedet, Jorginho Mello, Herneus de Nadal, Paulo Eccel, Joares Ponticelli e Afrânio Boppré e em substituição ao Senhor Deputado Julio Garcia, o senhor Deputado Antônio Ceron, reuniu-se a Comissão Técnica de Constituição e Justiça. Abertos os trabalhos foi lida a ata da décima sétima reunião, que foi aprovada. O Senhor Presidente relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº 202.9/03, exarando parecer pela admissibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Requerimento nº 023.5/03, exarando parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido para vistas em gabinete ao senhor Deputado Afrânio Boppré; o Projeto de Lei Complementar nº 017.4/01, exarando parecer pela admissibilidade com a aprovação da emenda modificativa, que posto em discussão, foi cedido para vistas em gabinete ao senhor Deputado Afrânio Boppré e o Projeto de Lei nº 215.3/03, exarando parecer pela tramitação em conjunto com o Projeto de Lei nº 213.1/03, de acordo com a transcrição da fita magnética: "Parecer ao Projeto de Lei nº 215/2003, de autoria do Sr. Governador do Estado, que autoriza abertura de crédito especial em favor do Fundo de Melhoria da Polícia Militar. Através da Mensagem nº 102, de 06 de agosto de 2003, o Sr. Governador do estado encaminhou a este Poder Legislativo um projeto de lei devidamente instruído em exposição de motivos a Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão nº 72/2003, da lavra do Secretário daquela Pasta que trata de abertura de crédito especial em favor do Fundo de Melhoria da Polícia Militar, num montante de R\$728 mil e 782 reais. O projeto de lei ora em análise foi encaminhado a esta Comissão no dia 13 de agosto do corrente ano, e com amparo regimental este Deputado avocou para relatar. Segundo a exposição de motivos a abertura de crédito especial visa atender despesas com obras em instalações. Na análise da matéria constatamos que está sendo aberto o crédito especial em favor da Ação nº 912, construção do Copom de Blumenau, dentro do Programa nº 264 - melhoria da estrutura física policial. Ocorre que esta ação está sendo criada pelo Projeto de Lei nº 213/2003, que está sendo diligenciado para dirimir dúvidas nos autos. Por outro lado os demais programas e ações constantes do processo deveriam também ter sido atualizados no Plano Plurianual 2000/2003. Diante do exposto, entendemos que primeiramente o Projeto de Lei nº 215/2003 vai ficar sobrestado aguardando aprovação do Projeto de Lei nº 213/2003. Que é o seguinte: aprovação da alteração do programa físico financeiro do Plano Plurianual 2000/2003 da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina. Então senhores, os dois projetos foram encaminhados em conjunto, tanto o Projeto de Lei nº 213, que altera a programação físico/financeira quanto o Projeto de Lei nº 215, que autoriza abertura de crédito especial. Então nós somos de parecer de que primeiro devemos encaminhar o Projeto de Lei nº 213, para que seja feita a aprovação da alteração do programa físico/financeiro do

Plano Plurianual 2000/2003 da Polícia Militar, para daí em seguida apreciarmos a abertura de crédito especial em favor da Polícia Militar. Em discussão. (Pausa) Não havendo quem queira discutir, encerramos a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. O Sr. Deputado Herneus de Nadal - De acordo com o que estabelece o Regimento Interno devemos pensar a matéria, para que nós possamos deliberar em conjunto. O SR. PRESIDENTE (Deputado João Paulo Kleinübing) - Atendendo a sugestão do Deputado Herneus de Nadal, podemos pensar. Os dois projetos, então, tramitam em conjunto, fazendo a sua aprovação de maneira conjunta. Colho os votos? (Pausa) Aprovado, então, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei nºs 213 e 215/2003". O Senhor Deputado Celestino Secco relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº 173.0/03, exarando parecer pela admissibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei nº 225.5/03, exarando parecer pela admissibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado Ronaldo Benedet relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº 114.4/03, exarando parecer pela inadmissibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria o voto vista do senhor Deputado Afrânio Boppré; o Projeto de Lei nº 196.6/03, exarando parecer pela admissibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei nº 210.9/03, exarando parecer pela inadmissibilidade, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao senhor Deputado Paulo Eccel. O Senhor Deputado Jorginho Mello relatou as seguintes matérias: o Projeto de Resolução nº 036.1/99, exarando parecer pela regularização do plebiscito, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao senhor Deputado Paulo Eccel; o Projeto de Lei nº 158.0/03, exarando parecer pela admissibilidade com o Substitutivo Global em apenso, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei nº 102.6/03, exarando parecer pela admissibilidade, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao senhor Deputado Herneus de Nadal. O Senhor Deputado Joares Ponticelli relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº 197.7/03, exarando parecer pelo sobrestamento, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 117.2/03, exarando parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei nº 167.1/03, exarando parecer pela admissibilidade com a Emenda, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao senhor Deputado Jorginho Mello. O Senhor Deputado Paulo Eccel relatou as seguintes matérias: a Medida Provisória nº 111/03, exarando parecer pela admissibilidade com restrições, como transcrição da fita magnética: "Parecer do Deputado Paulo Eccel à Medida Provisória nº 111/03. O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (Deputado João Paulo Kleinübing) - Iniciando os trabalhos formais da Comissão de Constituição e Justiça, antes da nossa pauta, eu gostaria de pedir aos Srs. Deputados que pudessem votar, Deputado Herneus, as admissibilidades das duas medidas provisórias que foram encaminhadas a esta Casa pelo Sr. Governador, que são as Medidas Provisórias nºs 11 e 112/03/ publicadas no Diário Oficial nos dias 6 e 7 de agosto, respectivamente, cujo prazo para admissibilidade vence hoje. Vai, então, ao Plenário para apreciação da admissibilidade, vai à Comissão de Mérito para discussão inicial e emendas e ao final vem a esta Comissão para a elaboração de um relatório final. Sei que os Srs. Deputados Paulo Eccel e Herneus de Nadal receberam apenas ontem os dois projetos, foi ontem apenas que eles também deram entrada na Comissão e foram ainda ontem distribuídos, mas em função dos prazos eu gostaria de consultar os Srs. deputados se poderíamos fazer a aprovação da admissibilidade das duas medidas provisórias, para darmos, então, seguimento ao trâmite regimental. O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Relatório oral. O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (Deputado João Paulo Kleinübing) - Relatório oral. Então eu vou aguardar a vinda do relatório Herneus. O Deputado Paulo Eccel faz então um relatório oral sobre a admissibilidade. Não estamos ainda discutindo o mérito, o que será feito no tempo devido. O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Aguardamos ou fazemos neste momento? Já? O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (Deputado João Paulo Kleinübing) - Se V. Exa. quiser fazer já, por favor. O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Sr. Presidente, coube-me a relatoria da Medida Provisória nº 111/03, que institui o Programa Catarinense de Revigoramento Econômico - Revigorar - e estabelece outra providências. No aspecto da constitucionalidade, apesar do exiguo tempo que tivemos para essa análise, juntamente com a assessoria não verificamos qualquer vício de constitucionalidade. Temos alguns reparos a fazer, alguns questionamentos a fazer, porque entendemos que existem afrontas à Lei de Responsabilidade Fiscal, especialmente no que tange à renúncia fiscal e também o projeto não vem acompanhado do impacto que isso causaria nas receitas do Estado. Outro questionamento que vem sendo feito por várias lideranças municipalistas de Santa Catarina é no que se refere. Deputado Herneus, a questão dos Municípios, porque haveria também uma perda de arrecadação, uma perda de receita por conta dessa (inaudível). Inobstante a essas ponderações,

sabemos que essa é uma prática que vem sendo adotada por Prefeitos do Brasil inteiro, de todas as correntes partidárias, e também por diversos Governos. Em decorrência disso eu me manifesto pela admissibilidade da matéria. O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (Deputado João Paulo Kleinübing) - Em discussão..."; o Projeto de Lei nº 229.9/03, exarando parecer pela admissibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 176.2/03, exarando parecer pelo arquivamento, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 186.4/03, exarando parecer pela admissibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei nº 195.5/03, exarando parecer pela admissibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado Herneus de Nadal relatou as seguintes matérias: a Medida Provisória 112/03, exarando parecer pela admissibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 205.1/03, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 107.0/03, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 201.8/03, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 192.2/03, exarando parecer pela diligência que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei nº 218.6/03, exarando parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado Afrânio Boppré relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº 207.3, exarando parecer pela admissibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 178.4/03, exarando parecer contrário, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao senhor Deputado Joares Ponticelli; o Projeto de Lei nº 154.7/03, exarando parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao senhor Deputado Antônio Ceron; o Projeto de Lei nº 185.3/03, exarando parecer contrário, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao senhor Deputado Jorginho Mello e o Projeto de Lei Complementar nº 016.4/03, exarando parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Ronaldo Benedet. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu, Roberto Fernando Carvalho Agostini, Secretário, lavrei a presente ata, a qual, após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia. Sala da Comissão, em 12 de agosto de 2003

Deputado João Paulo Kleinübing

Presidente

*** X X X ***

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, REFERENTE A 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA.

As onze horas do dia vinte e sete do mês de agosto do ano de dois mil e três, sob a Presidência do senhor Deputado João Rodrigues, reuniu-se ordinariamente a Comissão acima epigrafada, na Sala das Reuniões número vinte e seis da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Registraram presença na reunião os senhores Deputados Wilson Vieira, Dionei Walter da Silva, Ronaldo Benedet e Sérgio Godinho, Abertos os trabalhos o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os PLs.0207.3/03 e 0137.6/03, que tiveram pareceres exarados favoráveis pelo Deputado Duduco, os PLs 0013.6/03 e 0138.7/03, que tiveram pareceres exarados favoráveis pelo Deputado Lício Mauro da Silveira, o PLG 0121.9/03, que teve parecer exarado favorável pelo Deputado Dionei Walter da Silva e a MP 00112/03, que teve parecer exarado favorável pelo Deputado Wilson Vieira, os quais foram aprovados por unanimidade, incluindo os quatro primeiros PLs, que foram lidos pelo Presidente da Comissão. A seguir O Presidente leu o requerimento de autoria do Deputado Lício Mauro da Silveira, membro desta Comissão, no qual solicita que seja programada uma visita da Comissão à Penitenciária Estadual de Piraquara - PEP, localizada em Curitiba, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Quanto a data da visita ficou acertado que, a princípio será na primeira semana após a semana da pátria. Não havendo mais assuntos a serem tratados, encerrou o senhor Presidente a presente reunião, a qual, eu, Paulo Roberto Silveira, Secretário "Ad-hoc" da Comissão, lavrei e digitei a presente Ata, que, após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Senhor Presidente .

Sala das Reuniões, em 27 de agosto de 2003

Dep. João Rodrigues

Presidente da Comissão

*** X X X ***

ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA QUINTA LEGISLATURA.

As oito horas do dia vinte do mês de agosto do ano de dois mil e três, reuniram-se sob a Presidência do senhor Deputado Paulo Eccel, as senhoras Deputadas Odete de Jesus e Simone Schramm e os senhores Deputados Celestino Secco e Lício Mauro da Silveira e com ausências não justificadas dos senhores Deputados Djalma Berger e Afrânio Boppré. Configurado o quorum regimental, deu-se início aos trabalhos com a leitura da Ata da 13ª reunião ordinária desta Comissão, a qual foi aprovada por unanimidade. Logo após foram colocados em discussão e votação os Projetos de Leis números 0143.4/2003, relatado pela senhora Deputada Odete de Jesus; 0133.2/2003, relatado pelo senhor Deputado Lício Mauro da Silveira; 0146.7/2003, relatado pela senhora Deputada Simone Schramm e o Ofício nº 0041.6/2003, relatado pelo senhor Deputado Djalma Berger, os quais foram aprovados por unanimidade. Foi colocado em discussão o Projeto de Lei nº 0205.1/2003, relatado pela senhora Deputada Odete de Jesus, o qual, submetido à discussão, foi feito o pedido de vistas pelo senhor Deputado Celestino Secco, que foi acolhido. Em seguida o senhor Presidente, Deputado Paulo Eccel, fez o comunicado da Audiência Pública realizada no dia 18 deste mês, que fez o encaminhamento da constituição do Fórum Catarinense pela Ética na TV e que será realizada uma reunião nesta Casa no dia 26 do corrente, na sala de reuniões das Comissões, de nº 26, às 18:00 horas. Comunicou da instalação do Fórum Parlamentar do Plano Estadual de Educação que ocorrerá no dia 25 do corrente, no Plenário desta Casa, às 14:00 horas. Também comunicou que no dia 27 do corrente ocorrerá um Seminário que versará sobre Direito à Educação Infantil, no Plenário desta Casa, às 18:00 horas. Acusou também o recebimento de Ofício da UCE (União Catarinense de Estudantes), comunicando sobre um movimento existente na UNISUL, intitulado de MUDE, que está reivindicando junto à Comunidade, transparência e eleições diretas para Reitor nessa Universidade. Solicitaram a esta Comissão uma audiência para exporem suas reivindicações. Aberta a discussão, foi deliberado pela ouvida das partes interessadas na próxima reunião da Comissão, determinando que se deva dar um prazo de 10 minutos para o pronunciamento de cada parte, totalizando o total de 20 minutos e mais 20 minutos para o questionamento e debate sobre este tema. Nada mais havendo a tratar, deu-se início à segunda parte da reunião, cumprindo decisão da 13ª reunião ordinária, que acatou requerimento do senhor Deputado Lício Mauro da Silveira, para que esta Comissão ouvisse o Fórum de Surdos do Estado de Santa Catarina. Dada a palavra ao senhor Vilmar da Silva, como representante deste Fórum, este veio a discorrer sobre os problemas enfrentados por parte dos surdos perante a sociedade e encaminhou propostas de inclusão para os mesmos. Ouviu-se também os surdos, que se manifestaram através da linguagem de sinais, devidamente traduzida para a linguagem oral, por parte do senhor Vilmar da Silva. Depois de discutidos todos os problemas e apresentadas as soluções, deliberou-se que esta Comissão encaminhará moção ao Ministro da Educação e a Reitoria da UFSC manifestando apoio à abertura do curso de Letras de Língua Brasileira de Sinais. Intermediará conversa entre Fórum dos Surdos e às Comissões de Finanças e Saúde desta Casa para tratar dos assuntos pertinentes às partes interessadas. Também foi encaminhado que será apresentado ao Fórum do Plano de Educação a reivindicação relativa à regulamentação da Profissão e Curso de Linguagem de Sinais que deve estar contido no Plano Estadual de Educação. Dada a palavra a Senhora Deputada Simone Schramm, esta comunicou de sua solicitação a Mesa deste Poder, para que se incluía na programação da TVAL, a linguagem Brasileira de sinais. De imediato recebeu o apoio e a solidariedade de todos os senhores Deputados Membros desta Comissão, presentes nesta reunião, em relação a este pleito. Por último foi solicitado que a linguagem de sinais seja incluída em todas as esferas de governo. Dada a palavra aos senhores Deputados presentes e nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente, Deputado Paulo Eccel convocou a próxima reunião para o dia vinte e sete de agosto do corrente, às 08:00 horas, neste mesmo local, encerrando a presente reunião, a qual eu, José Maurício Cordeiro, funcionário, lavrei a presente Ata, que após lida e achada correta, será assinada pelo senhor Presidente. Sala da Comissão, em 20/08/2003

Deputado Paulo Eccel

Presidente

*** X X X ***

Ata da 15ª Reunião Ordinária da Comissão Técnica de Finanças e Tributação (CTFT), referente a 1ª Sessão Legislativa da 15ª Legislatura, Realizada em 20/08/2003.

Às nove horas do dia vinte de agosto do ano de dois mil e três, sob a Presidência do Deputado DIONEI WALTER DA SILVA e presentes os demais Deputados membros: Antonio Carlos Vieira, Antônio Ceron, Jorginho Mello, Manoel Mota, Nelson Goetten de Lima, Rogério Mendonça, Reno Caramori e Wilson Vieira. Reuniu-se a comissão acima epigrafada. O Deputado Dionei Walter da Silva deu por aberto os trabalhos colocando a ata da 14ª Reunião Ordinária em votação. Que foi aprovada por unanimidade. Foi recebido um ofício comunicando o desligamento do Deputado Djalma Berger desta comissão, por troca de partido, e a substituição pelo Deputado Nelson Goetten de Lima, que a partir de hoje começa a integrar a Comissão de Finanças e Tributação. Nós vamos fazer a discussão dos projetos que alguém tenha para relatar, assim que terminar vai ser processada a eleição para a escolha do novo Presidente desta comissão. Por ordem de chegada, o Deputado Antonio Ceron com a palavra não possui Projeto para relatar. O Deputado Antonio Carlos Vieira leu relato sobre o ofício 0044/2003 que tem sua emenda encaminhada o relatório da gestão fiscal versões simplificadas, referentes ao mês de abril de 2003, parecer pela aprovação colocada em votação aprovada por unanimidade.

Com a palavra o Vice-presidente Dionei Walter da Silva que relatou três projetos: ofício 0043.8/2003 encaminha 01 relatório . PL40/maio/2003, dois pareceres aprovados, um parecer do Deputado Djalma Berger, por proposição do Deputado Joares Ponticelli comissão mista para apreciar em caráter simultâneo o PL .150/2003 Plano de Gerenciamento Costeiro, o texto da peça legislativa sob exame apresenta-se com rasuras, especificamente na quantificação do número de membros para comissão o que impede atestar a vontade do proponente com consoante o inciso 3º do artigo 38, quanto ao prazo de funcionamento outra imperfeição contrariando o inciso 4º do artigo 38 quanto ao prazo de funcionamento, isto posto solicitado diligência no sentido de devolver a matéria ao seu autor a fim de sanar os vícios identificados, devendo posteriormente ser devolvido a comissão e a relatoria para parecer, o relatório de Deputado está em discussão, aprovado a devolução do projeto. Outro processo é um requerimento da secretaria de que o prazo de tramitação já terminou pedem a devolução. O projeto prevê a doação de imóvel no município de Laguna para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais daquele município para construção de uma escola para formação de mão de obra, o processo já passou por esta Comissão e o primeiro relator foi o Deputado Wilson Vieira com parecer contrário a doação, o Deputado Antonio Ceron pediu vistas e fez um parecer pela aprovação, depois o Deputado Dionei Walter da Silva pediu vistas com parecer contrário a doação, poderíamos fazer a votação dos dois últimos pareceres e do Deputado Antonio Ceron pela aprovação, e o do Deputado Dionei Walter da Silva contrário. Colocar em votação, o parecer de vistas contrário caso seja aprovado delibera pelo parecer, na verdade este projeto prevê a doação de imóvel mas na verdade é uma parte, a outra já foi doada e passada para o Sindicato e o restante agora se propõe a ser doado ao Sindicato Rural de Laguna, nós temos uma posição de bancado do Partido dos Trabalhadores de que doação de imóveis entre entes públicos agente permite, mas a doação para entidades privadas nós temos por princípio de não aprovarmos nos propúnhamos na época o Deputado Wilson Vieira propôs a emenda de se fazer uma sessão de uso por 10,15,20, anos ou por quanto tempo perdurar a finalidade a qual se destina, nesta ótica nós somos contrários a esse parecer de vistas, eu colocaria em discussão, com a palavra o Deputado Reno Caramori que fez a seguinte indagação: se a sessão de uso como sabemos todos os órgãos financiadores, reguladores, ou regulamentadores ele exige primeiro que a entidade seja proprietária do imóvel para que possa investir encima desse imóvel eu faço essa indagação se legalmente a entidade terá condições de neste parâmetro com o termo de uso por 20, 30 anos ou por quanto perdurar a entidade, se legalmente ela lá vai construir uma escola de formação de mão de obra ela vai buscar financiamento, esse sindicato poderá buscar financiamento num órgão financiador, e aí forçosamente terá que apresentar a escritura do bem, ou será que esse termo substituiria a escritura.

Por isso eu questiono no seu termo, com seu pedido de vistas porque tratando-se do objetivo do projeto é a construção de uma escola então tratando-se de construção de escola profissionalizante estou de pleno acordo, por isso resolvi declarar o voto e sou obrigado a votar contra o seu parecer e votar a favor do relator, continua em discussão, Sr, presidente com a palavra o Deputado Antonio Ceron, eu entendo até que as dúvidas levantada no questionamento desse projeto, eu me basiei muito para formular o meu voto de vistas foi em cima da tramitação na comissão de Constituição e Justiça aonde eu entendo que um dos fatores que fez com que fosse aprovado foi uma emenda aditiva do Deputado Joares Ponticelli e lemos aqui no seu artigo segundo parágrafo único que o donatário terá prazo de 36 (trinta e seis), meses para concluir a construção da escola, no referido caput deste artigo sob pena de reversão, eu entendo de há uma salva guarda

de utilização do bem público e a finalidade, acho que dispensa para se aprofundar quanto ao mérito da iniciativa por isso que pedi vistas e formulei meu voto pela aprovação e quero contar com a anuência dos pares desta comissão até porque na parte mais discutível que seria a constitucionalidade ouve aprovação não por unanimidade por maioria na comissão e aqui no mérito com todo o respeito não vejo muita questão a discutir quanto ao mérito do projeto por parte da comissão de Finanças não vejo nenhum obedece quanto a sua tramitação, o questionamento na comissão de Justiça e houve, discussão aprofundada e com a emenda do eminente Deputado Joares Ponticelli sanou aquela dúvida de o bem poderia ser utilizado para outra finalidade então mantenho o meu voto pela aprovação ., continua em discussão o projeto, quero salientar que a emenda prevê que se no período xis não for construída a obra retorna, mas se for construída e um mês depois ser utilizada para qualquer outro fim, Sr com a palavra o Deputado Rogério Mendonça, na verdade esse projeto foi encaminhado pelo governo anterior, e nós temos também que ter coerência eu acredito que pelo mérito do projeto e tendo em vista que com certeza haverá de aportar propostas semelhantes aqui nesta casa, nós não temos e eu não tenho como ser contra este projeto da forma como está, e amanha ser favorável a um projeto de origem governamental que cai aqui nesta casa, fazemos questão de caracterizar bem está situação que vou votar favorável numa demonstração de não existe dois pesos e duas medidas, e que o nosso encaminhamento será sempre desta forma, vendo o mérito e principalmente a finalidade a que se propõe o projeto, evidentemente que se for doação de um terreno que não condiz com a necessidade, na realidade evidentemente que poderemos votar contra, mas neste caso quando o objetivo é uma escola profissionalizante para agricultores daquela região nós votamos favoravelmente contrário ao parecer, continua em discussão, com a palavra o Deputado Antonio Carlos Vieira, igualmente como o Deputado Rogério Mendonça e como o Deputado Antonio Ceron eu também me inclino pela rejeição do seu voto de vista mesmo porque nós estamos tratando aqui de um imóvel sem utilização nenhuma, uma área de terá que vai ser doada a um sindicato que vai fazer uma construção que vai beneficiar as pessoas que querem aprender alguma coisa, vou ser sincero em dizer para vocês me inclino sempre nestas condições em que o órgão público ou gestor público possa fazer com essas entidades favorecer uma comunidade principalmente de uma cidade como Laguna, que nós precisamos, precisamos mesmo trabalhar no sentido de dar uma reoxigenada em Laguna, sob pena de que ela possa a vir desaparecer, porque é uma cidade velha, antiga, cidade que guarda laços familiares muito grande e eu vi altos e baixos de Laguna, gostaria que realmente ela voltasse a ter os bons momentos que teve, e é em cima dessas ações que pode se recuperar o bem querer, a forma de procedimento e a forma de agir de uma comunidade trabalhadora como a de Laguna, por isso sou contra ao parecer de vistas do Deputado Dionei, e votar sim a favor da doação do Deputado Antonio Ceron, continua em discussão, não havendo quem queira discutir os Deputados concordam com o parecer de vistas, que na verdade é o parecer do Deputado Dionei, quem não concorda se manifeste rejeitada por maioria, vamos passar ao parecer do Deputado Antonio Ceron, com a palavra o Deputado, evidentemente que não vou me prolongar porque a matéria já foi discutida, o meu parecer também discutido peça a concordância, anuência dos pares dessa comissão pelo parecer que é favorável a aprovação do PL. 03/2003 "que autoriza doação de um imóvel no município de Laguna ." Em discussão o parecer, com a emenda aditiva, sim porque ela já vem da comissão de Constituição e Justiça, não havendo mais nada à discutir vamos a votação Aprovado. Queremos repetir que Deputado Nelson Goetten de Lima não estava no início quando comunicamos o seu ingresso nesta comissão, desejar boas vindas ao Deputado e que tenha um trabalho proficuo nesta comissão, temos alguém com projeto para relatar, Deputado Wilson Vieira sim o PL. 0124./ 2003 de origem de origem do governo do estado que autoriza a aquisição de imóvel em Jaraguá do Sul . Do relatório dispõe os autos da proposição de origem governamental sobre a autorização de aquisição de imóvel no município de Jaraguá do Sul, a matéria foi lida no expediente da seção do dia vinte e oito de maio de dois mil e três, tendo sido remetido a esta comissão em vinte quatro de junho de dois mil e três, quando fomos incumbidos da relatoria, do voto a comissão de Finanças e Tributação compete proposições sobre os aspectos financeiros orçamentários na forma do artigo setenta e três regimental. O presente projeto de lei busca autorizar o Poder Executivo a adquirir para doação ao município de Jaraguá do Sul um terreno de 10,134,30 m (dez mil, cento trinta e quatro metros e trinta centímetros quadrados), onde encontra-se instalada a Escola de Ensino Básico "Alvino Tribes", ressalta-se que este terreno já está sendo ocupado pela referida escola, pretendemos contudo com o presente projeto a regularização dessa ocupação, no âmbito dessa comissão não encontramos nenhum óbice financeiro ou orçamentário que possa prejudicar a tramitação da matéria, motivo pela qual me manifesto favorável a mesma, em discussão Sr. Presidente com a palavra o Deputado Antonio Carlos Vieira, eu tenho aqui a relação do material

das proposições tramitando nesta comissão e esse PL. não está inscrito, e esta relação foi junto com a convocação. Deputado é o de numero quatro da segunda folha, desculpe foi porque entendi outro numero, em discussão: o relatório do Deputado Wilson Vieira, com a palavra o Deputado Wilson Vieira com relevância do mérito desta doação até por conta do que agente já relatou existe um fato consolidado que pretende realmente regularizar a situação, continua em discussão o parecer, não havendo que queira discuti-lo submeto a votação. Em votação aprovado por unanimidade. Com a palavra o Deputado Jorginho Mello, PL.123/2003 origem do governo de estado de Santa Catarina "Autoriza a aquisição de imóvel no município de Ituporanga, para a ampliação do prédio da escola João Carlos Thiesen no bairro Vila Nova no município de Ituporanga a matéria mereceu aprovação na comissão de Justiça, tendo sido relator o Deputado João Paulo Kleinubing e o meu parecer é pela aprovação que é para a ampliação da Escola de Ensino Fundamental "João Carlos Thiesen", no município de Ituporanga. Em discussão o parecer do Deputado não havendo quem queira discutir em votação aprovado por unanimidade. Autoriza a aquisição de imóvel no município de Cerro Negro. O governo do estado pede autorização para receber um terreno com 1,091, m(um mil, noventa e um metros quadrados) sem benfeitorias para construção de delegacia de policia, tem o meu parecer favorável Sr, Presidente Srs Deputados, em discussão, não havendo quem queira discutir em votação, aprovado por unanimidade. Origem Tribunal de Justiça de Santa Catarina encaminhado demonstrativo financeiro do Selo de fiscalização dos atos notariais e registro do primeiro trimestre de Dois Mil e Três, entre todo o relatório que fiz Sr. Presidente Srs Deputados os itens 1,2,3, e 4 da análise dos documentos supra mencionados constatamos que o empenho 3488/000 de Dezesete de Janeiro de Dois Mil e Três não está acompanhado, o processo numero 172691/2003 o que acompanha o mesmo são as ordens bancárias folhas 46 e 51 relativos aos ressarcimentos aos oficiais Selo e não o documento que comprova o pagamento da descrição contida naquele empenho também não encontramos nos autos o empenho referente as ordens bancárias 46 e 51, que totaliza R\$ 1,037,30 (um mil, trinta e sete reais e trinta centavos), meu voto diante do exposto sou de parecer pela diligência do ofício 35.8/2003 ao Presidente do Tribunal de Justiça que remeta a esta Comissão de Finanças e Tributação um documento que comprove o empenho 3488 de dezessete de janeiro de dois mil e três folha 45, e o empenho referente as ordens bancárias 46 e 51, após cumprida a diligência, retorne os autos a este relator para poder emitir parecer definitivo esse é o meu voto e o pedido de diligência Sr. Presidente, em discussão o parecer do Deputado Jorginho Mello, não havendo quem queira discutir em votação aprovado por unanimidade o pedido de diligência. Além da eleição para Presidente desta Comissão nós teríamos que discutir rapidamente a audiência publica final do processo de orçamento que foi feito e nós teríamos um relatório que está sendo finalizado pela coordenadoria do orçamento se os Srs Deputados permitirem a Sra coordenadora do orçamento faria um breve relato em que situação encontra-se., passaremos a eleição, pela desistência do Deputado Djalma Berger ficou vago a Presidência desta Comissão daremos um intervalo de cinco minutos para a apresentação das candidaturas, Sr. Presidente com a palavra o Deputado Antonio Carlos Vieira, quando da eleição da mesa diretora desta em fevereiro de dois mil e três houve entendimento da Presidência de cada Comissão e coube ao PFL nesta Comissão de Finanças a Presidência o acordo entre todos os partidos com a saída do Deputado Djalma Berger do PFL a vaga no meu modesto pensar continua ainda do PFL sou do PP portanto me manifesto dentro do acordo assumido por todos os partidos que compõe o plenário desta casa seja mantido, e ai as duas opções que temos do PFL meu caro amigo Nelson Goetten e Antonio Ceron não p por competência ou pela falta de competência mas eu gostaria de dizer que o Nelson está entrando agora nesta comissão e por antiguidade deste de fevereiro de dois mil e três eu sugiro e indico para presidente o Deputado Antonio Ceron, com a palavra o Deputado Dionei, gostaria e mi manifestar se o Deputado Wilson Vieira me permitir em nome da bancada do PT nesta Comissão de que realmente o acordo foi neste sentido e que nós também estaríamos cumprindo com esse acordo de elegermos o Presidente do Partido da Frente Liberal, o partido que decide quem será o candidato e nós estaríamos honrando um acordo que foi realizado quando da eleição da Presidência da mesa, com a palavra o Deputado Rogério Mendonça, da mesma forma Sr. Presidente a bancada do PMDB, ela mantém o acordo, em que na distribuição das comissões, está comissão foi destinada ao PFL, numa demonstração de que independentemente disputa que possam haver, mais acima de tudo nesta casa deve prevalecer os compromissos e as palavras empenhadas, nós evidentemente até teríamos condições de reverter esse quadro contando com os dois deputados do PT, e os dois do PMDB, e o Deputado Jorginho Mello nós poderíamos formar um bloco e mudar o quadro dessa situação mas evidentemente que não faríamos conversando com a bancada do PT, com a bancada do PSDB, e a nossa bancada, com o líder do PFL nós vamos manter a palavra porque

sabemos da competência do Deputado Antonio Ceron é um Deputado com vasta experiência não só nesta casa mas também no executivo catarinense temos certeza da sua coerência, da sua capacidade de bem conduzir esta comissão da mesma forma que o Deputado Djalma Berger assim o fez e da mesma forma que o Deputado Dionei sempre na sua interinidade conduziu com muita competência esta comissão, o nosso voto da bancada do PMDB é para manter o nome do Deputado Antonio Ceron, com a palavra o Deputado Jorginho Mello dizer que isto está ocorrendo pela saída do Deputado Djalma Berger do PFL, acompanhado também pelo Prefeito Dario Berger, regimentalmente quando se troca de partido você deixa de ocupar aquela função em nome do partido, e então nós sabemos de algo que nos orgulha é sempre ter cumprido todos os acordos, todas as palavras que agente assumiu aqui dentro desta casa, e eu não tenho duvida de que a vaga é do PFL, e que o Deputado Ceron até por ser o Deputado que já atua desde o inicio nesta comissão é o candidato mais apropriado e tem o apoio do PSDB, e quero aproveitar a oportunidade para registrar o trabalho do Deputado Djalma Berger nesta comissão, Deputado de primeiro mandato desempenhou a altura todas as tramitações e o trabalho, é uma comissão importantíssima. todas as comissões são importantes, mas a de Finanças é uma comissão terminativa, então fazendo este registro pelo trabalho excelente que ele fez tanto ele quanto o Prefeito Dario Berger irão engrandecer o PSDB, reafirmo Deputado Ceron a minha disposição de manter o acordo, o compromisso elegendo vossa excelência para comandar essa Comissão. Deputado Nelson Goetten: quero me manifestar aqui para dizer da minha satisfação de poder integrar essa importante Comissão, agradecendo meu partido, quero pedir desculpas pelo atraso, pois achei que as sessões iniciavam às 9:30, agora sei, estarei aqui sempre no horário. Quero cumprimentar todos os companheiros que fazem parte das bancadas governistas, e no meu caso, de oposição, quero cumprimentá-los por manter o acordo. Acho isso uma coisa muito importante, e tenho certeza absoluta que não teria eu pretensão de ser o presidente desta comissão, mas quero aprender com esta comissão, vou dar minha contribuição e penso que o deputado Ceron é um deputado equilibrado, com competência, e com todas as condições de dar continuidade a um bom trabalho que vinha sendo feito nesta comissão. Com a palavra o deputado Manoel Motta: Primeiro quero aqui lavar o trabalho pelo deputado Djalma Berger, na comissão. Trabalho extraordinário, coerente, mesmo com o primeiro mandato, mas muito competente. Ele atuou aqui nesta comissão, temos que reconhecer. Quero dizer o seguinte de quem conhece há muito tempo já o nosso zagueiro do nosso timer da Assembléia Legislativa, o deputado Ceron. O deputado tem feito um trabalho com muita competência por onde passa, já foi líder do governo nesta casa e fez um grande trabalho, pessoa bastante coerente e preparada, tenho certeza que vai continuar o trabalho que o deputado Djalma fez aqui, e ainda aperfeiçoar mais. Então não tem o que discutir, só desejar ao deputado Ceron sucesso aqui nessa comissão, que presta um papel de grande importância aqui na Assembléia Legislativa nos projetos. Acreditamos na sua competência, por isso não temos o que discutir e desejo desde já sucesso para vossa Excelência deputado Ceron. Com a palavra o deputado Wilson Viera. Primeiro quero parabenizar o deputado Djalma Berger pelo empenho que ele teve enquanto presidente dessa comissão, pela imparcialidade. É o que mais se busca na presidência, é um presidente que seja imparcial, que tenha uma dinâmica que possa dirigir melhor, de forma eficiente e competente essa Comissão. Acredito que o deputado Ceron, pela larga experiência que já tem no poder legislativo com certeza Dara continuidade ao bom trabalho que vem sendo desenvolvido pelo deputado Djalma Berger. Também quero nos parabenizar por cumprir o acordo sem maiores discussões e sem tentar atravessar qualquer proposta diferente do que o acordo feito no inicio dessa legislatura. Com a palavra o deputado Reno Caramori: senhor Presidente, falando como vice-líder da bancada do PP, autorizado pelo senhor Ponticelli, que é o nosso líder, queremos também externar o nosso voto ao Ceron, de uma continuidade do trabalho iniciado pelo deputado Berger, iniciado nessa legislatura e que esta Comissão representa grande parte do trabalho nesta casa legislativa, não menosprezando as demais, mas é uma das comissões em que todos os projetos obrigatoriamente são discutidos e deliberados com muita responsabilidade. E o Presidente na qualidade de coordenador de presidir a direção dos trabalhos, tenho certeza de que o deputado Ceron demonstrou isso em outras oportunidades, e hoje também acumulando a liderança do PFL. Nos temos certeza do seu trabalho nesta comissão porque simplesmente Dara continuidade ao trabalho que o deputado Berger vinha fazendo, que é, observando nosso regulamento e constituição. Partindo dessa premissa queremos louvar a sua ascensão à presidência desta comissão e dizer-lhe que poderá contar com a bancada do PP em todas as situações. Com a palavra o deputado Antonio Ceron. Senhor Presidente, senhores Deputados, é bem verdade, eu disse na tribuna ontem, quando o deputado Djalma fazia oficialmente o seu comunicado à casa do seu encaminhamento partidário. É que a gente não estava feliz naquele momento para lhe desejar sucesso. A gente não estava feliz porque em

política é feita de vitórias e você nunca comemora uma perda, evidentemente. Perdemos um companheiro valoroso, mas faz parte da política, e a gente acima de tudo, tem que respeitar o caminho de cada pessoa. Então eu não gostaria que tivesse chegado este momento, e que nos tivéssemos que estar elegendo um novo Presidente em função da saída, mas política tem isso aí, tem as suas ações e as suas reações, e faz parte. Então o que eu queria colocar aqui aos membros, amigos e pares desta comissão, hoje nós estamos aqui com os nove membros da comissão: primeiro dar as boas vindas ao deputado Nelson, e que nós dentro do partido, fizemos a sua substituição natural, com a saída do deputado Djalma do partido. Fizemos a substituição normal após a sua oficialização da desvinculação da bancada. A substituição natural do deputado Djalma pelo deputado Nelson, que estava chegando no partido, e houve uma solicitação do deputado Nelson Goetten, na oportunidade, de que ele não fosse indicado pela bancada para a presidência, não era a expectativa, porque de nossa parte e como líder da bancada ele teria todas as condições de pleitear o cargo de presidente, mas foi um pedido do deputado Nelson de que não fosse indicado para presidência. Como nós estamos na comissão, eu entendo e quero cumprimentar a todos os partidos políticos com assento nesta casa e especialmente na comissão. O cumprimento daquele acordo feito quando da composição da mesa. Em política isso aí é primordial e elementar, você cumprir aquilo que é acordado, além do regimento, além da constituição, a palavra empenhada é importante, talvez mais importante que tem dentro do parlamento. E o deputado Rogério Mendonça colocou com muita propriedade que haveria em termo numéricos condições do governo fazer um novo encaminhamento, mas nem esboçou reação nesse sentido, e partiu para o cumprimento de uma palavra. E queria complementar, líder do PMDB, deputado Rogério Mendonça, ainda na tarde de ontem conversamos com o líder do governo, deputado Herneus De Nadal a respeito deste assunto, e ele me confirmava que a intenção do Governador, através de sua liderança é de honrar aquele compromisso feito no início desta legislatura. Então senhor Presidente queremos colocar o nosso nome à disposição dos pares para concluirmos este período legislativo dentro do mandato que o antecessor, o deputado Djalma Berger, para que a gente possa com a confiança dos pares desta Comissão, presidir-la e continuar fazendo exatamente o trabalho eficiente, correto, dirigente e prestativo que Presidente deputado Djalma Berger evidentemente que com todos os pares, especialmente o vice-presidente, substitui o titular Djalma na suas ausências continuar a fazer este trabalho. Nos basear com duas premissas principais, a Constituição e o Regimento, mas tem uma que não abro mão, acho ela mais importante que as duas, que é o bom senso. O bom senso muitas vezes é mais importante do que aquilo que esta no Regimento, que é uma ou duas sessões. Acho que você pode usar o bom senso, você pode caminhar dentro duma maioria, de uma unanimidade, dá para você conviver além do Regimento, além da Constituição, com o bom senso. Fiz isso quando presidi a Comissão de Constituição e Justiça e eu era líder do Governo, acumulei na época a liderança do Governo e a presidência da Comissão, mas graças a Deus e a tolerância dos pares, bem verdade, daquela época tivemos condições também de fazer um trabalho que venha de encontro com aquilo que a sociedade requer que é o desempenho nosso aqui. Então efetivamente coloco meu nome para concorrer a este cargo vago de Presidente da Comissão, pedindo apoio dos colegas e com a certeza de que nos daremos continuidade aqui, ao trabalho que a sociedade espera de nós e para completar, dizer com toda tranquilidade ao Governo do Estado, ao qual eu sou oposição, não por opção minha, mas por opção dos eleitores que não há motivo nenhum de que o Governo fique apreensivo, ate porque esta Comissão tem no segundo semestre tarefas muito importantes questão do PPA, questão do orçamento do Estado, mas com certeza vamos procurar aqui nesta Comissão, a Santa Catarina ter um bom Governo. Vamos realizar de forma rápida e simples, todos já se manifestaram favoráveis, mas perguntamos, se alguém é contra a eleição do deputado Antonio Ceron para a presidência da Comissão. Não havendo manifestação contraia, foi eleito o deputado Antonio Ceron para Presidente da Comissão de Finanças e Tributação. Quero dizer deputado, que continuarei sendo vice e sempre que vossa Senhoria necessitar estarei aqui, cumprindo com as nossas obrigações. Peco que assuma a presidência dos trabalhos. Obrigado senhor Presidente, agora vice, aos pares desta Comissão pela confiança depositada. Parabéns a todos os deputados por terem cumprido uma premissa parlamentar que é a

palavra empenhada, o compromisso feito, e de imediato dando seqüência eu gostaria de pela ordem, dar a palavra para a Maria Helena, falar sobre o orçamento regionalizado, e ainda agora pela manhã, quero uma reunião com toda a assessoria da Comissão de Finanças e Tributação, para nos interarmos da rotina desta Comissão. Pelo tempo que a Maria Helena necessitar para que ela fale a respeito das audiências públicas do orçamento regionalizado, com o consentimento do Deputado Jorginho Mello a Maria Helena tem assento aqui na mesa para fazer as suas explanações, com a palavra a Maria Helena obrigado Deputado Jorginho, parabéns ao novo Presidente, obrigado Senhor Vice-presidente e aos Senhores membros, na verdade é muito rápido o que temos de fazer apenas é passar as mãos da presidência o relatório preliminar das audiências públicas que ocorreram do dia Vinte e um de julho até dia Oito de agosto em todas as Vinte e nove regiões do Estado de Santa Catarina, neste relatório consta as propostas em ordem de prioridade, aprovadas em cada uma das secretarias, e a nossa solicitação agora pelo que foi aprovado nesta Comissão que é encaminhá-las ao Governados do Estado num ato oficial da Comissão de Finanças e da Presidência da Assembléia, para que ainda fosse, caso não esteja incluídas no PPA que sejam encaminhadas até Trinta e um de agosto é um parecer preliminar, vai ter uma cópia para todos os Senhores membros desta comissão, está na gráfica e de qualquer forma nos colocamos a disposição para informações, mas a maioria dos membros desta comissão acompanharam as audiências públicas em várias regiões, e se tiver algum questionamento estaremos a disposição. Com a palavra o Deputado Reno Caramori, nós acompanhamos a equipe em oito municípios e em cada audiência nós tínhamos nós tínhamos dois representantes do executivo eu quero crer que o que está aqui o governo já tenha recebido, de acordo com os tramites legais do processo, todas as reivindicações que foram levantadas por prioridades nas vinte e nove secretarias regionais, agora se as prioridades regionais não constarem do orçamento ou do PPA, ai de nada valeria o esforço da Assembléia dispoendo do pessoal, de material, com uma despesa bastante expressiva, se não forem contempladas as três prioridades Senhores Deputados foram elencadas Três prioridades por determinação do próprio executivo, então nós cremos que dentro da sua programação de planejamento ele já teria de ante mão pré visto que as prioridades pelo menos uma por região deverá ser atendida e as demais passariam de acordo com as instruções para o PPA, é mais ou menos isso coordenadora Maria Helena então quero crer que o que está aqui já deve estar priorizado no orçamento, mas nós teremos todas as condições de acompanhar quando virá para esta casa para apreciação principalmente nesta comissão e checarmos aquilo que realmente foi levantada desde lá de São Miguel do Oeste aos quatro cantos de Santa Catarina contemplando as Vinte e nove audiências públicas em todo o estado, com a palavra o Deputado Manoel Mota Senhor Presidente, Senhores membros da comissão eu quero aqui poder fazer um registro, primeiro lugar é que a Assembléia Legislativa alcançou o seu objetivo, alcançou o seu objetivo acatando aquele encaminhamento do PT para que ouvesse as audiências públicas pois foi aprovado por unanimidade aqui nesta comissão e as audiências públicas no meu ponto de vista teve uma participação efetiva quero aqui cumprimentar a Maria Helena e toda a sua equipe pelo trabalho espetacular democrático, um debate muito bonito, a região sul teve uma participação muito forte de todos os parlamentares isso fez com que os debates sobre as prioridades chegasse até as dezenove horas, iniciando pela manhã, um trabalho espetacular da comissão comandada pela coordenadora Maria Helena, toda a sua equipe, a secretaria de Planejamento com o seu representante, o Tribunal de Contas com dois representantes, um trabalho muito bom, acredito que possa tirar proveito desse trabalho muito bom, acredito que possa tirar proveito desse trabalho para que esse orçamento e o PPA tenha esse sentimento, o sentimento do povo catarinense que é representado por nós aqui no parlamento, acho que o parlamento já representa isso, o conselho também, e as audiências públicas complementou esse trabalho, por isso achou que foi muito importante, uma bandeira de luta que levantamos há muito tempo e que agora estamos com ela pra valer, esperamos poder se inseridos no orçamento para que possamos tirar esse proveito da participação de toda a sociedade catarinense, dentro dessa linha que queria colocar e quero, parabenizar toda a equipe das audiências públicas através da nossa coordenadora Maria Helena que fez um trabalho fantástico não só no sul mas em todas as

regiões de Santa Catarina, com a palavra o Deputado Dionei Senhores Deputados nós participamos de algumas audiências do orçamento regionalizado e acompanhamos o trabalho brilhante realizado pela equipe do orçamento coordenado pela Maria Helena com a participação dos Deputados, do governo do estado com seus técnicos, e em algumas oportunidades sentimos a participação e até emoção de algumas pessoas que estavam no plenário, quero registrar a grata satisfação que tive na cidade de Curitiba onde o grupo da segurança pública que era integrado exclusivamente por policiais militares, tirou as prioridades e as três prioridades do grupo segurança pública foi: geração de emprego na cidade, uma política agrícola e rural para gerar empregos no campo, efetivar condições para que o judiciário aplique penas alternativas para não colocar pequenos delitos no mesmo presídio com grandes marginais, então acho isso é apenas exemplos de que a sociedade quando solicitada a participar ela realmente vem e traz as suas expectativas e as suas necessidades e nós agora como Deputado temos um compromisso de fazer valer aquilo que foi discutido, precisamos fazer isso até para resgatar a credibilidade da Assembléia Legislativa que foi arranhada naquele processo do orçamento regionalizado por culpa dos executivos que não deram segmentos não executaram as prioridades tiradas das comunidades, está de parabéns a comissão de finanças, a coordenadoria do orçamento do governo do estado, e nós temos este desafio, o relatório está aqui fazer agora com que ele vá para o PPA. E para o orçamento; com a palavra o Deputado Rogério Mendonça, Deputado Antonio Ceron já tive oportunidade de me manifestar no plenário sobre o trabalho feito pela equipe do orçamento encabeçada pela Maria Helena, mas também pelo coordenador da região do litoral o João Maria, e o Nelson para a região oeste, e todos os demais membros da equipe que realmente palmilharam Santa Catarina representando esta casa juntamente com os Deputados fazendo excelente trabalho, ouvindo, coordenando, disciplinando e trazendo as prioridades para que nós aqui deputados no conjunto possamos ter melhores condições de votarmos o orçamento anual e o PPA. Na verdade foi um trabalho muito bem feito, infelizmente, nós, Deputado Antonio Ceron, na grande parte estávamos numa missão na Itália representando esta casa, que acredito que também trará bons resultados para Santa Catarina, mas esse trabalho realmente foi de grande resultado, mesmo não estando em todos, ouvimos os secretários, os representantes das comunidades ficaram empolgados e acima de tudo novamente com muita esperança, e nós devemos fazer de tudo para não frustrar estas esperanças. Eu de alguma forma sempre lutei junto ao Executivo mas infelizmente não consegui para que nós fôssemos para as audiências com os valores pré-fixados. Esses valores, pequenos que fossem neste primeiro momento, mas que pudessem atender as demandas regionais, não conseguimos este ano mas vamos continuar insistindo porque além de estabelecer as prioridades, o bom seria de que nestas audiências nós tivéssemos determinados valores pré-fixados também pelo Executivo, através desses valores levar algo de mais real para essas regiões, mas de qualquer maneira acredito que houve um avanço, ampliando o universo destas audiências públicas para vinte e nove, e daqui pra frente fazer de tudo para que não só fique consignado no orçamento, no PPA, mas também possa ser executado. Cabe a nós deputados essa cobrança, essa fiscalização. Parabéns a esta comissão e a todos que participaram desse excelente trabalho, e tenho certeza de que vai trazer muitos frutos para Santa Catarina. Com a palavra o deputado Wilson Vieira. Senhor Presidente, quero dizer que participamos de treze audiências menos duas. Achei de grande relevância para o estado de Santa Catarina e para todos os catarinenses o trabalho que foi realizado. Quero parabenizar a Maria Helena e toda a equipe que fez o lado de cá do Estado, e também a equipe do Oeste através do Nelson Moreira, que também desenvolveu um grande trabalho na outra região. Uma das coisas mais importantes que a gente pode observar nas audiências públicas foi a participação de representantes legítimos do povo, como prefeitos, vereadores, presidentes de sociedades assistenciais, presidentes e membros de ONG's, mas a principal vitória foi a participação popular, onde o cidadão comum, alguns não gostaram de ser chamados de cidadão comum, puderam participar e dar sua sugestão, estabelecer suas prioridades, suas metas, e puderam votar também num processo democrático e até então nunca visto no estado de Santa Catarina. Para nós fica agora o compromisso de cobrar do Executivo a execução daquelas metas e prioridades que foram consideradas as essenciais para cada região. Eu

confesso a vocês que a única decepção foi em Jaraguá do Sul onde, infelizmente, os prefeitos não participaram na audiência pública de Jaraguá do Sul, e também os presidentes de Câmaras daquela região, que por algum motivo não puderam participar, mas de qualquer forma a participação foi bastante expressiva. Estiveram lá mais de cento e cinquenta pessoas, que participaram, se manifestaram e discutiram com profundidade os temas elaborados pela regional, o que acabou trazendo um resultado bastante positivo, e claro que entre as metas elencadas pela população estão também as metas das Secretarias Regionais de Desenvolvimento e dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento. O nosso papel é cumprir e garantir que o Executivo possa cumprir aquilo que as audiências públicas determinaram. Continua livre a palavra. Não havendo quem queira fazer uso da palavra eu tenho aqui como ultimo assunto, dois projetos que haviam sido distribuídos pelo eminente presidente Djalma Berger, e que nós vamos manter a distribuição. É que um para o deputado Jorginho Mello, que trata da seção de uso de imóvel no município de Maravilha, e um pelo qual faço um comentário é a respeito da medida provisória 111/2003 de origem do Governador do Estado, que institui o programa de revigoração econômico - Revigorar, e estabelece outras providências. Faço um comentário desta matéria ate por se tratar de uma medida provisória e que tem um prazo regimental para a sua aprovação e ela havia sido distribuída ao deputado Manoel Motta, e nós mantemos a distribuição. Eu não sei se caberia aqui, quero colocar em questão de ordem os pares de estabelecer um cronograma de emendas, evidentemente se os senhores deputados tenham alguma emenda a apresentar, porque ela foi emitida no dia seis de agosto, e tem um mês de prazo para a sua conversão em lei, e nós estamos hoje no dia vinte, e nós temos a sessão da emana que vem, talvez tenha que fazer uma sessão extraordinária para que seja votada, aí eu coloco um pensamento pessoal, além disso há na miha maneira modesta de analisar uma ilegalidade pela primeira vez que eu saiba chega a esta casa uma Mediada Provisória tratando de anistia, concessão de beneficio fiscal, porque se não me engano, o artigo cento e quarenta e nove da constituição veda esta questão, ali eu digo o seguinte, evidentemente que é convertido em lei, você ate sana esse problema. Então quanto antes aprovar também na minha modesta opinião deputado Jorginho Mello, estaríamos ate ajudando o Governo no estado. Quero dizer preliminarmente que sou favorável ao projeto, mas entendo que lá esta discussão na Comissão de Justiça não foi levantada esta tese. Entendo até que possa ser aprovada com mais rapidez possível até para resolver o problema, porque eu entendo que aquelas operações que estão sendo feitas, na minha avaliação, são totalmente ilegais, porque a questão tributária deveria ser lei, e a medida provisória só será convertida em lei após a sua aprovação. Mas a questão mais de mérito que levanto, é nós estabelecermos, deputado Manoel Motta, já que vossa Excelência foi designado relator um cronograma para que não aconteça de ela ter que ir para Plenário sem parecer, sem votação de emenda, etc, etc. essa é a questão que eu levanto. Gostaria de ouvir a opinião dos companheiros. Com a palavra o líder do PMDB o deputado Rogério Mendonça. Deputado Antonio Ceron, sem dúvida essa questão, da constitucionalidade acredito que já tenha sido analisado na Comissão de Constituição e Justiça. Nós aqui fazemos é analisar o mérito, e a nomeação e a indicação do deputado Manoel Motta como relator é a certeza de que nós teremos um bom trabalho. E nós temos ainda, vivo na nossa memória, o bom trabalho do deputado Manoel Motta quando relator da LDO, e temos certeza de que da mesma forma que foi discutida a LDO ele provocará uma ampla oportunidade de discussão, emendas diante desta comissão, e o trabalho dele nos dará condições de votar o que realmente for o melhor dentro da idéia apresentada pelo governo e a sugestões para o aprimoramento. O Presidente da Comissão de Fiscalização e Tributação, o deputado Antonio Ceron, disse que a questão levantada seria de talvez, deputado Rogério, de estimular, ou levantar esta questão com os deputados desta Comissão e se estabelecer um prazo. Não seria regimental, mas um acordo para apresentação de emendas para que na próxima sessão isso seria o ideal vossa excelência pudesse trazer, aí eu oportunizaria uma discussão mais ampla, teríamos ai uma semana para discussão. Eu abri esta questão, nesta intenção para que a gente pudesse apresentar emendas ate dia vinte e cinco, segunda-feira, à tarde, e nos discutiríamos na reunião ordinária de quarta-feira. E pedimos aí, uma semana para sua discussão. Seria esse o encaminhamento, por isso é que levantei essa questão. Com a

palavra o deputado Jorginho Mello. Não é sobre esse assunto. Assunto esgotado. Usou da palavra o deputado Manoel Motta. Eu só queria aqui, estou recebendo agora, não tenho conhecimento mais profundo, mas sei da medida provisória, sei dos valores porque ouvi isso já pelo Governador. Acho que a situação que vive o Estado e o País, com essa economia estagnada, precisa fazer alguma coisa para poder fazer caixa para cumprir a sua missão. E eu preciso primeiro olhar isso aqui para depois repassar ao membros como nós vamos fazer o encaminhamento. Eu ainda não poderia dar uma resposta agora, mas depois sentarei com o meu líder, o deputado Rogério Mendonça, e nós vamos dar o encaminhamento para o Presidente e à Comissão. Esse acordo que, com certeza, e democraticamente o líder da bancada, o líder da bancada o deputado Rogério Mendonça abriu para que houvesse esse trabalho e essa participação. Então evidentemente, não teremos dificuldade alguma para poder depois compor dessa forma. Com a palavra o deputado Dionei. Acho que o acordo podemos fazer neste prazo aqui. Não haveria problema, Motta, baseado nisso aí, vamos fixar o dia vinte e cinco, segunda-feira, até o final do dia. Com a palavra o deputado Antonio Carlos Vieira. Vossa Excelência citou uma inconstitucionalidade, e eu também advogo com relação à Medida Provisória para anistiar. O deputado Rogério Mendonça também, com algum conhecimento citou que a Comissão de Constituição e Justiça deu o o.k., na tramitação da Medida Provisória. Eu só gostaria de saber que, se nós vamos deixar passar em brancas nuvens essa análise, para saber se é constitucional ou não a Medida Provisória para anistia, que fere a Constituição estadual, porque se nós decidirmos aqui vamos desconhecer considerá-la constitucional, nós deveremos nos calar para sempre. Agora, se nos formos discutir temos que encontrar argumentos antes de apresentar qualquer emenda com relação à Medida Provisória. Eu sou sincero em dizer em que me inclinaria muito mais porque não sou contra, no caso específico embora sejam muita sede do Governo, para dar esse tipo de anistia, mas eu não sou contra o Governo do Estado pretenda fazer caixa com a sua dívida ativa, com os seus valores a arrecadar notificados ou não de tributos estaduais. Mais eu gostaria de que esse assunto fosse devidamente corrigido, devidamente clarificado, eu me inclinaria muito mais, deputados, no sentido de que essa Comissão já deveria ter feito na de Constituição e Justiça, nós partíssemos para uma proposta que pode ser nos mesmos moldes de um Projeto de Lei em cima de que já aconteceu inclusive nesta comissão em outras Medidas Provisórias e foram transformadas na casa legislativa em projeto de lei sem perder prazo, sem perder absolutamente nada para evitar a na frente seja questionada de uma outra forma de ilegalidade de inconstitucionalidade quero deixar bem claro que algumas questões que vou apontar em termos de emendas o projeto não me preocupa não me causa maiores estresse nem problemas de aprovação mas somente com a iniciativa de ser medida provisória quando a constituição estadual diz que caso de anistia de redução de multa tem que ser por lei há aqueles que podem dizer a mas a medida provisória depois de aprovada se torna lei mas tem hiato entre a expedição da medida provisória até a aprovação do projeto da medida provisória tem um período que ela ficaria sem ser lei e aí podemos nós ocasionar sem desejarmos para o executivo uma situação não correta, não cômoda talvez fosse mais cômoda sugeriria ao Deputado Rogério Mendonça se houvesse a possibilidade de transformarmos essa medida provisória em projeto de lei e dar a ela um tramitação mais urgente possível, não tem problema nenhum manteríamos os prazos inclusive Deputado Ceron para que se evitasse problemas de continuidade de que o executivo pudesse atingir seus objetivos mas dentro de uma legalidade completa, com a palavra o Deputado Rogério Mendonça senhor presidente volto a insistir que essa questão da constitucionalidade ela já foi amplamente e não é nesta comissão com todo o respeito com o Deputado Antonio Ceron já houve está discussão e não houve realmente essa proposta e como foi aprovada dessa maneira na comissão de Constituição e Justiça foi um debate muito amplo não vejo como nós possamos voltar a discutir esse aspecto até porque eu estava vendo toda a Constituição Estadual como a federal o artigo 149 não diz nada nem um óbice com essa possibilidade de ser através de uma medida provisória mas eu não quero entrar em discussão aqui viu Deputado Antonio Ceron até porque senão deixaria de existir a comissão de Justiça, volto a dizer com todo respeito aos conhecimentos até as questões que o Deputado Antonio Carlos Vieira está colocando mas nós temos que ver a discussão do mérito as

questões financeiras e tudo mais e implicações em relação a receita e tudo mais, essa questão da constitucionalidade acredito que já foi resolvida e não temos nós que voltar aqui a debater o assunto que já foi amplamente discutido na comissão de Constituição e Justiça e mesmo assim em relação ao artigo um tem opiniões diversas a do Deputado Antonio Carlos Vieira que tem aqui inclusive as duas constituições os dois artigos 149 e não confere com o que o Deputado está dizendo. Segundo o Deputado Antonio Ceron esse assunto já está no cronograma e nós vamos discutir eu levantei este assunto não é para prejudicar ou atrapalhar o andamento pelo contrário é para sanar um vício que pode ter consequência de alguém que possa ser beneficiário na tese que nós levantamos aqui de prejudicar ou talvez processar a posição da comissão de Constituição e Justiça mas tenho entendimento pela assessoria de que há divergência e como eu entendo que tem condições em tempo de reparar essa questão de não aprova uma lei que tenha problemas alguém venha a ser beneficiado é nesse sentido que levantamos esse assunto retornamos a semana que vem e damos por esgotado, na reunião de hoje o prazo está acordado segunda-feira a tarde prazo para emendas e evidentemente na próxima quarta-feira nós vamos discutir esse assunto com mais tranquilidade. Com a palavra o Deputado Dionei, nós fomos procurados pela entidade dos deficientes auditivos de Santa Catarina segundo eles congregam parece que 175.000 (cento setenta e cinco mil) deficientes auditivos do estado de Santa Catarina eles estiveram agora pela manhã na comissão de Educação e eles solicitaram vinte minutos numa próxima reunião a ser agendada por esta comissão ser for de interesse eles querem um espaço de vinte minutos para vir aqui apresentar e discutir algumas questões referente a eles no caso os deficientes auditivos, haveria um prazo teria que ser neste mês, porque neste mês nós temos assuntos um pouco polêmicos não gostaríamos de convidar e depois ter dificuldade de atender, vamos escutar os pares, segundo o Deputado Dionei eles estão passando em todas as comissões, o Deputado Wilson Vieira perguntou ao Deputado Dionei se a vinda desse pessoal dessa instituição aqui é com o objetivo de acelerar com que o governo cumpra os prazos de compra e doação de aparelhos auditivos que já está a mais de seis meses paralisado, ficou determinado que será na próxima reunião as nove horas, por quinze minutos. Com a palavra o Deputado Jorginho só quero fazer um registro que não posso deixar de fazer é sobre o orçamento regionalizado na cidade de Joaçaba, teve a presença do Deputado Wilson Vieira, da Deputada Simone no segundo item aqui "recursos insuficientes para remuneração dos professores, transporte escolar, formação continuada de docentes, isso não tem e no meu modo de entender e respeitando a deliberação da havidia não tem nem como colocar no PPA, e ficou fora e como agente sempre disse que os outros pedidos acompanhariam, o pedido numero um eu concordo com a regionalização do hospital universitário, e o segundo é a construção do aéreo porto regional que é um trabalho supra partidário e a muitos anos perseguido o governo já tem intenção de ajudar queria fazer esta ponderação que vou tentar depois e ver de que forma pois isso aqui é inocuo essa recursos financeiros para remuneração dos professores, não tem como colocar isso aqui no PPA, com todo o respeito pela deliberação que houve lá mas quero incluir aqui no orçamento regional, depois vou trazer o processo com todas as autoridades que participaram lá, prefeitos em fim que impossível ter ficado fora uma das obras importantíssima para a região para o desenvolvimento, para o crescimento e nem será construído em Joaçaba será em Catanduvas num raio estudado onde beneficia a todos aqueles municípios, quero deixar registrado de vou trazer a qesencia de todas as pessoas que participaram lá para que a gente substitua esses itens. Com a palavra o Deputado Antonio Carlos Vieira cumprimentar o Deputado Jorginho por te observado isso e dizer que está com toda a razão, inclusive como o Deputado Presidente é da região de Lages eu não entendo que na reunião de Lages possa ter definido as seguinte três prioridades: criar progresso para valorizar o profissional da educação, implantar programa para melhor o sistema educacional, estimular o cooperativismo e o associativismo essas são as três prioridades da região de Lages. Com a palavra o Deputado Antonio Ceron não sei se Maria Helena estava alguém estava lá quando eu sai pois tive que retornar aqui para a Assembléia eu até fiz uma colocação no PPA tem que ser coisa mais objetiva até colocaram lá que uma das prioridades um dos problemas é de que os animais na estrada provocam acidentes, por isso é que eu defendi que as reuniões

regionais não tivessem caráter soberano e nós protestamos muito essa questão dizendo de a Assembléia evidentemente que é a soberania para decidir estas questões. Com a palavra o Deputado Vieira eu pedi a palavra para retornar sobre a medida provisória, Deputado Rogério Mendonça por favor vossa excelência disse que não encontrou na constituição estadual e nem na federal eu me permito sugerir que vossa excelência não o artigo 149 que o Presidente Ceron se equivocou é o artigo 128 no seu parágrafo quarto, com a palavra o Deputado Rogério Mendonça eu insisto de que esse assunto foi amplamente discutido na comissão de Justiça e foi aprovado, deputado Vieira eu fiz uma colocação se a comissão entender de não discutir sobre o assunto eu me calo e não vou apresentar nada absolutamente sobre isso eu tenho esta convicção mas como também não sou contra o projeto absolutamente só umas correções porque não acredito Deputado Manoel Mota que um cidadão tem recursos para pagar a vista tem de esperar até dezembro para receber uma redução de 50% mas se ele optar de pagar em 5 vezes a partir de agosto ele tem redução de 95% então o cidadão que tiver o dinheiro para pagar em agosto integral ele tem uma redução só de 50%, agora se ele pagar em cinco vezes tem 95% isso é o que não entendo no projeto. Mais algum Deputado gostaria de fazer uso da palavra, não havendo declaramos encerrada esta reunião já convocando a próxima ordinária para quarta-feira as nove horas da manhã, quando que os primeiros quinze minutos será para receber uma comitiva de surdos e mudos do estado de Santa Catarina muito obrigado está encerrada a presente sessão. Nada mais havendo a tratar, eu Aurélio Assis de Bem Filho, Secretário desta Comissão, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO CERON
COMISSÃO TÉCNICA DE FINANÇAS TRIBUTAÇÃO (CTFT)
*** X X X ***

MENSAGEM GOVERNAMENTAL

GABINETE DO GOVERNADOR MENSAGEM Nº 115

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Em estricta observância às determinações contidas nos artigos 40, inciso IV, alínea "c", e 70 da Constituição Estadual, solicito a essa augusta Casa Legislativa a necessária licença para ausentar-me do País, no período compreendido entre os dias 10 e 28 de setembro do corrente ano, com destino a Portugal, Espanha, Itália, Alemanha e Inglaterra, conforme consta no roteiro anexo.

O objetivo da viagem é atrair investimentos para o Estado Catarinense, que gerem emprego e renda. Dentro dest diretriz, manter-se-á contato com empresas que operem com vôos *charter*, bem como, com os principais operadores de viagem dos países visitados.

Muniado de material audiovisual e impressos editados nos idiomas dos países a serem visitados, far-se-á ampla divulgação das potencialidades do nosso Estado, a fim de criar uma rota de turismo Europeu para Santa Catarina.

Palácio Santa Catarina, 27 de agosto de 2003.

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Governador do Estado

Lido no Expediente
Sessão de 27/08/03

VISITA DO GOVERNADOR LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA A PORTUGAL, ESPANHA, ITÁLIA, ALEMANHA E INGLATERRA

10.09 (Quarta-feira) - Florianópolis/São Paulo/Lisboa

11.09 (Quinta-feira) - Lisboa

. Encontro com o Presidente da TAP e Ministro do Turismo

12.09 (Sexta-feira) - Porto

. Conferência "O Espírito do Douro", presidida pelo Dr. Mário Soares
Tema: "União Européia: Que Futuro?"

13.09 (Sábado) - Porto

. Conferência "O Espírito do Douro"

14.09 (Domingo) - Galícia

. Traslado do Porto para Galícia

15.09 (Segunda-feira) - Galícia

. Encontro com Sr. Afonso Vaquero - Diretor Geral de Relações Parlamentares da Galícia sobre temas de descentralização administrativa

. Reunião com o Secretário de Política Agro-Alimentar e Desenvolvimento Rural da Galícia

. Visita ao projeto pecuário e pesquisa genética "Ternera Gallega" e assinatura de convênio

16.09 (Terça-feira) - Galícia

. Visita a projetos na área de energia eólica

. Encontro com Governador da Galícia

17.09 (Quarta-feira) - Galícia

. Reunião com empresários, Câmara de Comércio e visita ao porto de Marin

. Abertura da "Feira Mundial da Pesca"

18.09 (Quinta-feira) - Roma

. Encontro com Embaixador do Brasil

. Encontro com autoridades e empresários italianos

. Encontro com operadores de turismo para divulgação do potencial turístico do Estado

. Jantar com empresários organizado pela Brasilinvest

19.09 (Sexta-feira) - Veneza

. Reunião com Governador do Veneto e assinatura de protocolo de intenções

. Evento com operadores de turismo para promoção do Estado

20.09 (Sábado) - Veneza

21.09 (Domingo) - Berlim

. Viagem de Veneza para Berlim

22.09 (Segunda-feira) - Berlim

. Encontro com embaixador do Brasil

. Contatos com autoridades, Sociedade Brasil-Alemanha e empresários da Confederação da Indústria Alemã

. Jantar com empresários organizado pela Brasilinvest

23.09 (Terça-feira) - Munique

. Encontro com autoridades da Baviera para assinatura do Protocolo de Cooperação

. Evento na Câmara de Comércio da Baviera

24.09 (Quarta-feira) - Munique

. Evento de divulgação do potencial turístico do Estado

. Visita a Universidade Técnica de Munique

25.09 (Quinta-feira) - Oberkochen

. Visita à fábrica da Carl Zeiss do setor ótico

. Viagem a Londres

26.09 (Sexta-feira) - Londres

. Encontro com Embaixador do Brasil

. Encontro com empresários do setor automotivo

. Jantar com empresários organizado pela Brasilinvest

27.09 (Sábado) - Londres

. Encontro com empresas investidoras do setor automotivo

28.09 (Domingo) - Retorno ao Brasil

Roberto Colin

Secretário de Estado da Articulação Internacional

Matr. 353.098-1

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 421/2003

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR LEDA DA APARECIDA PEREIRA HUPPI, matrícula nº 1947, na Assessoria de Relações Públicas.

Palácio Barriga Verde, em 27/08/2003

JOSE BUZZI

Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 422/2003

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de acordo com o art. 2º, I e II, da Resolução nº 960/02, e alterações previstas no Ato da Mesa nº 1145/03,

ANTECIPAR férias, relativas ao exercício do ano 2003, do servidor MANSUR MELQUIADES ELIAS JÚNIOR, matrícula nº 1574, do período de 01 a 30/12/03 para 01 a 30/09/03.

Palácio Barriga Verde, em 27/08/2003

JOSE BUZZI

Diretor

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 265/2003

Concede autorização para contratação de pessoal, por prazo determinado, no âmbito da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão - SSP -, e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizada, em conformidade com o que dispõe os artigos 37, inciso IX, da Constituição Federal e 21, § 2º, da Constituição Estadual, a contratação de pessoal, por prazo determinado e improrrogável, no âmbito da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão - SSP, para atuação exclusiva no Sistema de Atendimento ao Adolescente Infrator, nos cargos e quantitativos constantes do Anexo único.

Art. 2º O prazo das contratações de que trata esta Lei se estenderá até o dia 31 de dezembro do corrente ano.

Art. 3º O Chefe do Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei através de Decreto e nas disposições do Edital de Seleção.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, convalidando os efeitos da Medida Provisória 112, de 07 de agosto de 2003.

Florianópolis, 27 de agosto de 2003

ANEXO ÚNICO

QUADRO DE PESSOAL PARA O SISTEMA DE ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE INFRATOR

Função	Grupo		Vagas
	Operacional	Nível Referencial	
ADVOGADO	ONS	13-A	3
ASSISTENTE SOCIAL	ONS	13-A	2
CIRURGIÃO DENTISTA	ONS	13-A	2
MÉDICO	ONS	13-A	3
ENFERMEIRO	ONS	13-A	1
PSICÓLOGO	ONS	13-A	1
PEDAGOGO	ONS	13-A	2
TÉCNICO EM ATIVIDADE DE SAÚDE	ONO II	09-A	4
TÉCNICO ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	ONO II	09-A	2
INSTRUTOR	ONO II	09-A	25
MONITOR	ONO II	09-A	50
TOTAL			98

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 266/03

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 114

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, o projeto de lei que "Autoriza a abertura de crédito suplementar em favor da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, Secretaria de Estado da Organização do Lazer e Fundo Estadual de Saúde".

Palácio Santa Catarina, 26 de agosto de 2003

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 27/08/03

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

EM Nº 173/2003

Florianópolis, 11 de agosto de 2003.

Excelentíssimo Senhor

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Nesta

Senhor Governador,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência o incluso projeto de lei que objetiva obter autorização legislativa para a abertura de crédito suplementar em favor da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, Secretaria de Estado da Organização do Lazer e Fundo Estadual de Saúde, no montante de R\$ 96.595.000,00 (noventa e seis milhões, quinhentos e noventa e cinco mil reais).

2. A abertura de crédito suplementar torna-se necessária para atender despesas com outros serviços de terceiros-pessoa jurídica e obras e instalações na Secretaria de Estado da Organização do Lazer e Fundo Estadual de Saúde.

3. Para efetuar a alteração pretendida serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias consignadas ao programa de trabalho de Encargos Gerais do Estado.

4. Desta forma, observa-se o que dispõem os artigos 42 e 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

5. Assim, por se tratar de recursos orçamentários importantes para a continuidade das ações desenvolvidas pelos órgãos, sugerimos a Vossa Excelência a remessa de mensagem acompanhada de projeto de lei à Assembléia Legislativa, na forma em que se encontra redigida a proposição.

Respeitosamente

Armando Cesar Hess de Souza

Secretário de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

PROJETO DE LEI Nº 266/03

Autoriza a abertura de crédito suplementar em favor da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, Secretaria de Estado da Organização do Lazer e Fundo Estadual de Saúde.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 96.595.000,00 (noventa e seis milhões, quinhentos e noventa e cinco mil reais), em favor da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, Secretaria de Estado da Organização do Lazer e Fundo Estadual de Saúde, visando ao atendimento da programação a seguir especificada:

1600 SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO

1695 FUNDO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Projeto Melhoria no Atendimento da Comunidade Carcerária

Código 1695.144215219.396

Produto Melhoria no atendimento da comunidade carcerária e proporcionar aos funcionários condições para o desempenho de suas funções

3. DESPESAS CORRENTES

3.3. OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.90. Aplicações Diretas

3.3.90.39.00 (00) Outros Serviços de Terceiros Pessoa-Jurídica ...R\$4.000.000,00

Projeto Construção de Unidades Prisionais

Código 1695.144215229.400

Produto Construção de unidades prisionais visando o aumento da capacidade de vagas no sistema penal do Estado

4. DESPESAS DE CAPITAL

4.4. INVESTIMENTOS

4.4.90. Aplicações Diretas

4.4.90.51.00 (00) Obras e InstalaçõesR\$2.000.000,00

2300 SECRETARIA DE ESTADO DA ORGANIZAÇÃO DO LAZER

GABINETE DO SECRETÁRIO

Atividade Manutenção e Serviços Administrativos Gerais

Código 2301.041221118.409

Produto Apoio Logístico as Atividades Fins

3. DESPESAS CORRENTES

3.3. OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.90. Aplicações Diretas

3.3.90.37.00 (00) Locação de Mão-de-ObraR\$595.000,00

4800 SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

4891 FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Atividade Manutenção da Diretoria de Medicamentos Básicos

Código 4891.103033564.363

Produto Distribuição e controle de estoques de medicamentos básicos às entidades públicas e privadas credenciadas ao SUS

3. DESPESAS CORRENTES

3.3. OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.90. Aplicações Diretas

3.3.90.30.00 (00) Material de ConsumoR\$40.000.000,00

Atividade Manutenção da Rede Hospitalar Pertencente a SES

Código 4891.103023574.860

Produto Dotar os hospitais públicos de recursos para manutenção dos serviços de saúde

3. DESPESAS CORRENTES

3.3. OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.90. Aplicações Diretas

3.3.90.30.00 (00) Material de ConsumoR\$40.000.000,00

3.3.90.39.00 (00) Outros Serviços de Terceiros Pessoa-JurídicaR\$10.000.000,00

Art. 2º Para atender o crédito a que se refere o artigo anterior, ficam anuladas parcialmente as dotações orçamentárias consignadas à programação a seguir especificada:

6400 ENCARGOS GERAIS DO ESTADO

6401 ENCARGOS GERAIS DO ESTADO

Projeto Amortização e Encargos de Contratos de Financiamentos Internos

Código 6401.288439519.901

4. DESPESAS DE CAPITAL

4.6. AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA

4.6.90. Aplicações Diretas

4.6.90.71.00 (00) Principal da Dívida Contratual ResgatadoR\$96.595.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

*** X X X ***